

# Revista Decifrar

vol. 4, nº 8

## CRÔNICAS DE D. JOÃO DA CÂMARA NA GAZETA DE NOTÍCIAS: A LEMBRANÇA DOS TEMPOS GLORIOSOS DIANTE DE UMA SOCIEDADE DECAÍDA

Rita de Cássia Lamino de Araújo Rodrigues (UENP)<sup>1</sup>

**RESUMO:** Na viragem do século XIX para o XX, Portugal, que havia sido uma das nações mais importantes do passado, encontrava-se em estado de marasmo social, político, econômico e cultural. Os intelectuais portugueses, entre eles D. João da Câmara, cronista do jornal brasileiro *Gazeta de Notícias* no período de 1901 a 1905, acreditava que uma possível solução para alavancar o ânimo da sociedade diante da decadência do país era retomar o passado remoto e ilustre da nação. Para isso, D. João da Câmara, em suas crônicas, provinha-se de um fato ocorrido no presente para relembrar o passado. Entre eles, destacam-se eventos que envolviam os monumentos históricos do país e as expedições portuguesas para as colônias africanas. Diante disso, esse artigo tem por intuito observar o modo como esse cronista rememora o passado na tentativa de influenciar o seu leitor e fazê-lo acreditar que Portugal ainda voltaria a ser uma grande nação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Portugal, D. João da Câmara; memória; *Gazeta de Notícias*; crônica.

**ABSTRACT:** At the turning of the nineteenth century to the twentieth, Portugal, which had been one of the most important nations of the past, was in a state of social, political, economic and cultural stagnation. Portuguese intellectuals, among them Dom João da Câmara, chronicler of the Brazilian newspaper *Gazeta de Notícias* from 1901 to 1905, believed that a possible solution to leverage the mood of society in the face of the country's decline was to retake the remote and illustrious past of nation. In this regard, D. João da Câmara, in his chronicles, used a fact occurred in the present to recall the past. Among them, it is highlighted the events that involved the country's historical monuments and Portuguese expeditions to the African colonies. Therefore, this article intends to observe the way in which this chronicler recalls the past in the attempt to influence his reader and make him believe that Portugal would still be a great nation again.

---

<sup>1</sup> Doutora em Letras Literatura e vida Social pela UNESP – Campus de Assis. Professora colaboradora de Teoria Literária e Literatura Portuguesa do Centro de Letras, Ciência e Artes da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP – Campus de Jacarezinho. Membro do grupo de pesquisa “O gênero Romance: origem, transformações e tendências” da UENP. E-mail: [ritalamino@hotmail.com](mailto:ritalamino@hotmail.com).



**KEYWORD:** Portugal, D. João da Câmara; Memory; *Gazeta de Notícias*; Chronicle.

# Revista Decifrar

vol. 4, nº 8

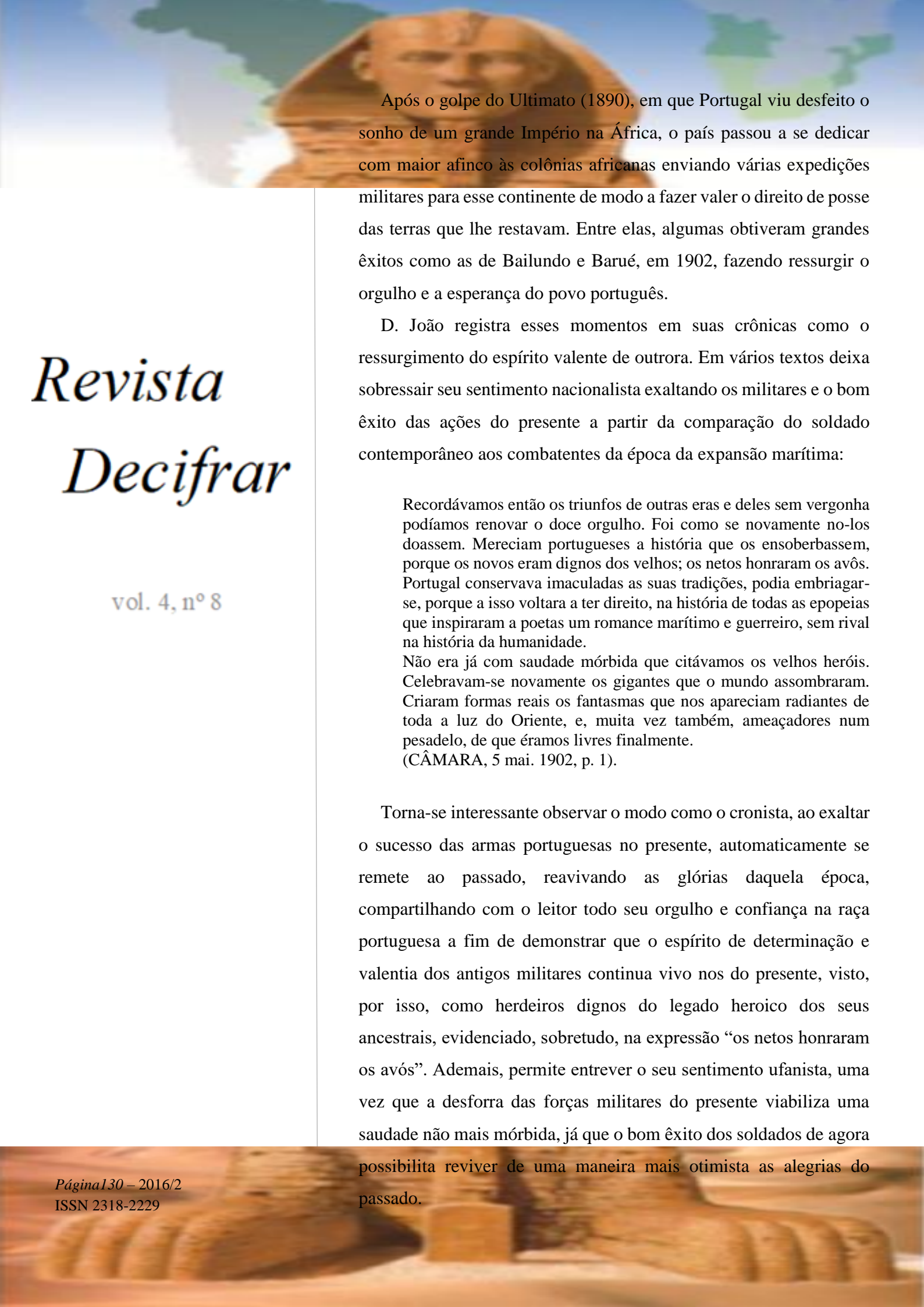
**M**aria de Lourdes Belchior, em seu estudo “A literatura e a cultura portuguesa na viragem do século XIX para o século XX”, concebe a literatura como uma das maneiras de exprimir o comportamento e o pensamento de uma sociedade. Segundo a autora:

A literatura, a criação não é entretenimento gratuito. As obras literárias não estão divorciadas dos tempos e dos homens que a viram nascer, mas se são reflexo e imagem da época, são também instrumentos intervenientes no devir da história e fatores desta. (BELCHIOR, 1973, p. 12)

Nessa perspectiva, ainda segundo a estudiosa, a literatura é concebida como uma das estruturas importantes da sociedade, sendo consequência do manejo das estruturas estéticas associadas a outros elementos, tais como o juízo da época, da sociedade e do homem que a produz. A literatura torna-se, então, “a expressão e a chave do mundo em que o escritor vive e de um mundo de valores cuja intemporalidade pode assinalar-se nas obras-primas” (BELCHIOR, 1973, p. 13). Nesse sentido, pode-se dizer que a literatura portuguesa do final do século XIX e início do século XX, esteve intimamente ligada aos acontecimentos históricos sociais do país e utilizou-se da memória dos tempos gloriosos do passado como uma forma de poder na medida em que tentava convencer o povo português, decepcionado com os rumos que a política e economia do país tomava, de que era descendente de uma raça gloriosa.

Um olhar panorâmico por Portugal, ao longo de seus oito séculos de existência, demonstra que a nação passou por períodos de intensa glória e prosperidade até definharem e chegar ao século XX, como um país praticamente desacreditado por sua elite intelectual.

Na Idade Média, Portugal foi o primeiro reino da Península Ibérica a libertar-se da presença dos mouros. No final do século XIV, D. João, mestre de Avis, sobe ao trono e consegue, na Batalha de Aljubarrota (1385), assegurar a independência portuguesa iniciando



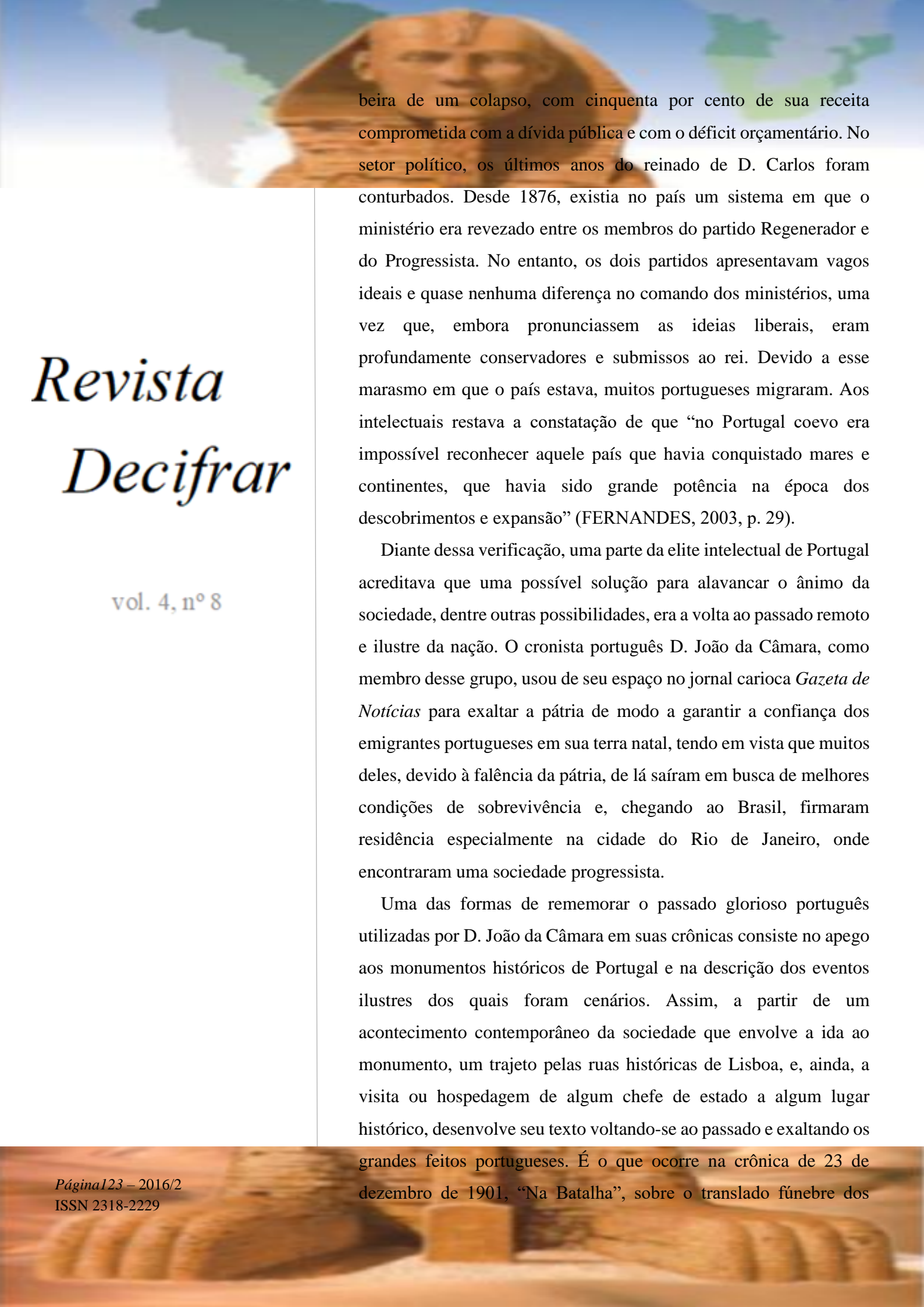
# Revista Decifrar

vol. 4, nº 8

um período de ascensão proporcionado pela política de expansão marítima. Em fins do século XVI, Portugal já havia conquistado as Ilhas da Madeira (1419) e dos Açores (1427), explorava a costa ocidental africana desde a tomada de Ceuta (1415), descoberto o Cabo da Boa Esperança (1488), o caminho para as Índias (1497) e o Brasil (1500), ações que tornaram os portugueses a primeira potência colonizadora europeia e lhe garantiram extraordinária prosperidade econômica. Pairava sobre a corte um sentimento ufanista que, de maneira progressiva, vai se dissolvendo até a derrocada final, quando desaparece na batalha de Alcácer Quibir, em 1578, seu jovem rei D. Sebastião (1554-1578), ocasionando, em 1580, o domínio espanhol até 1640, momento em que se inicia a luta pela independência portuguesa consolidada após a Guerra da Restauração, em 1668, pelo Tratado de Lisboa, no qual a Espanha lhe concedeu a Independência.

No século XVIII, no reinado de D. José, sob a responsabilidade de Marquês de Pombal, houve uma tentativa de recuperação do país. O Estado incentivou o desenvolvimento econômico com a fundação de companhias de comércio e desvinculou a educação do domínio religioso; no entanto, após a morte do rei, as reformas pombalinas foram invalidadas. O século XIX seguiu marcado por tensões e crises. Entre 1807 e 1810, Portugal foi invadido pelas tropas de Napoleão Bonaparte, obrigando a família real a fugir, em 1808, para o Brasil. Em 1822, sofreu um grande golpe, com a Independência do Brasil, **seguida pela** guerra civil, de 1832 a 1834, e o Ultimato (1890), ocasião em que a Inglaterra obrigou Portugal a retirar suas tropas da região da África de seu interesse, que acabou por decepcionar profundamente a nação, acarretando um descrédito no regime monárquico.

Portugal era um país estagnado em relação às demais nações da Europa. No final do século XIX, o país investiu em infraestrutura, instalando ferrovias, o que fez com que a agricultura se desenvolvesse. Mesmo assim, ainda continuava um país atrasado em relação às outras nações europeias. O avanço da indústria era impedido devido à falta de mão de obra técnica e de condições de concorrer com o mercado externo. As finanças encontravam-se à



# Revista Decifrar

vol. 4, nº 8

beira de um colapso, com cinquenta por cento de sua receita comprometida com a dívida pública e com o déficit orçamentário. No setor político, os últimos anos do reinado de D. Carlos foram conturbados. Desde 1876, existia no país um sistema em que o ministério era revezado entre os membros do partido Regenerador e do Progressista. No entanto, os dois partidos apresentavam vagos ideais e quase nenhuma diferença no comando dos ministérios, uma vez que, embora pronunciassem as ideias liberais, eram profundamente conservadores e submissos ao rei. Devido a esse marasmo em que o país estava, muitos portugueses migraram. Aos intelectuais restava a constatação de que “no Portugal coevo era impossível reconhecer aquele país que havia conquistado mares e continentes, que havia sido grande potência na época dos descobrimentos e expansão” (FERNANDES, 2003, p. 29).

Diante dessa verificação, uma parte da elite intelectual de Portugal acreditava que uma possível solução para alavancar o ânimo da sociedade, dentre outras possibilidades, era a volta ao passado remoto e ilustre da nação. O cronista português D. João da Câmara, como membro desse grupo, usou de seu espaço no jornal carioca *Gazeta de Notícias* para exaltar a pátria de modo a garantir a confiança dos emigrantes portugueses em sua terra natal, tendo em vista que muitos deles, devido à falência da pátria, de lá saíram em busca de melhores condições de sobrevivência e, chegando ao Brasil, firmaram residência especialmente na cidade do Rio de Janeiro, onde encontraram uma sociedade progressista.

Uma das formas de rememorar o passado glorioso português utilizadas por D. João da Câmara em suas crônicas consiste no apego aos monumentos históricos de Portugal e na descrição dos eventos ilustres dos quais foram cenários. Assim, a partir de um acontecimento contemporâneo da sociedade que envolve a ida ao monumento, um trajeto pelas ruas históricas de Lisboa, e, ainda, a visita ou hospedagem de algum chefe de estado a algum lugar histórico, desenvolve seu texto voltando-se ao passado e exaltando os grandes feitos portugueses. É o que ocorre na crônica de 23 de dezembro de 1901, “Na Batalha”, sobre o translado fúnebre dos



restos mortais dos reis da Dinastia de Avis, Afonso V e D. João II e da rainha D. Isabel, esposa de D. Afonso:

# Revista Decifrar

vol. 4, nº 8

“Poema de mármore” o chamou Alexandre Herculano. De toda a grande epopeia portuguesa, desde os alicerces mandados abrir pelo mestre d’Avis, até as capelas imperfeitas de estilo manuelino, ali não há pedra em coluna, abóbada, nicho de santo ou janela rendilhada, que não traga à lembrança algum fato por Luís de Camões cantado em seus *Lusíadas*. Até parece que podem aquelas pedras recitar as estrofes do poema que nelas deveria ser gravado. Uma obra só tem a outra que se possa comparar em perfeição.

Falam-nos, sobretudo, de Mestre d’Avis, que, bastardo de D. Pedro o Justiceiro aclamado rei pelo povo de Lisboa, amparado pelo alto espírito de João das Regras e pela espada do Condestável, naqueles campos consolidou, por séculos, a independência da nação. Na rua nasceu a revolução memorável: até dentro do paço a levou o príncipe, matando por suas mãos o conde Andeiro e desterrando as duas vezes adúltera rainha D. Leonor, cuja alma negra só dá luz seu muito amor de mãe. [...]

Naqueles campos foi dada a batalha decisiva. O famoso templo foi cumprimento de promessa, e chama-se de Nossa Senhora da Vitória. Ali sete mil portugueses desbarataram o poderoso exército castelhano, que pela primeira vez, em Portugal, fez ouvir o estrondo da artilharia. Grande geração deixou o Mestre D’Avis, para que maior fosse a glória de Portugal: D. Duarte o eloquente, rei justo e desgraçado; D. Pedro, o imaculado regente, vítima do combate na Alfarrobeira; e D. Henrique, o sonhador de Sagres, tão forte que realizou o sonho; D. João que tão denotadamente se portou em África; finalmente D. Fernando, o cativo de Fez, com tanta resignação e fé arrastando seus grilhões que mereceu o cognome de Santo. Todos ali dormem, junto do Mestre. [...] Grande foi a epopeia começada em Aljubarrota, que vemos depois desenrolando-se por toda a costa africana [...] (CÂMARA, 23 dez. 1901, p. 1).

O cronista inicia seu discurso sobre a história focalizando o Mosteiro da Batalha, fazendo uso dos dizeres de Herculano, “Poema Mármore”, para evidenciar toda carga emotiva e histórica presente nesse templo, só comparável à obra máxima, *Os Lusíadas*, maior representante literário do que foi Portugal no passado.

O assunto da atualidade, o traslado dos restos mortais dos membros da Dinastia de Avis, é comentado em poucas linhas, funcionando apenas como um mote para lembrar toda a ilustre história da guerra de Aljubarrota, ocorrida em 1385. A princípio, a crônica focaliza-se na figura de D. João I, Mestre de Avis, que, auxiliado por Nuno Álvares Pereira, liderara os soldados portugueses contra as tropas castelhanas de D. João I que, após a morte do rei D.

# Revista Decifrar

vol. 4, nº 8

Fernando I, desejava o trono português, pois era casado com a filha do falecido rei, D. Beatriz.

Tendo em vista a leveza e a brevidade da crônica, D. João não se preocupa com detalhes, apenas comenta, superficialmente, a ação do povo, a morte do conde de Andeiro e a visão histórica da rainha D. Leonor, seguida por uma enumeração dos reis descendentes do Mestre de Avis, sempre apontando as qualidades de cada um que contribuíram para a realização do Império lusitano.

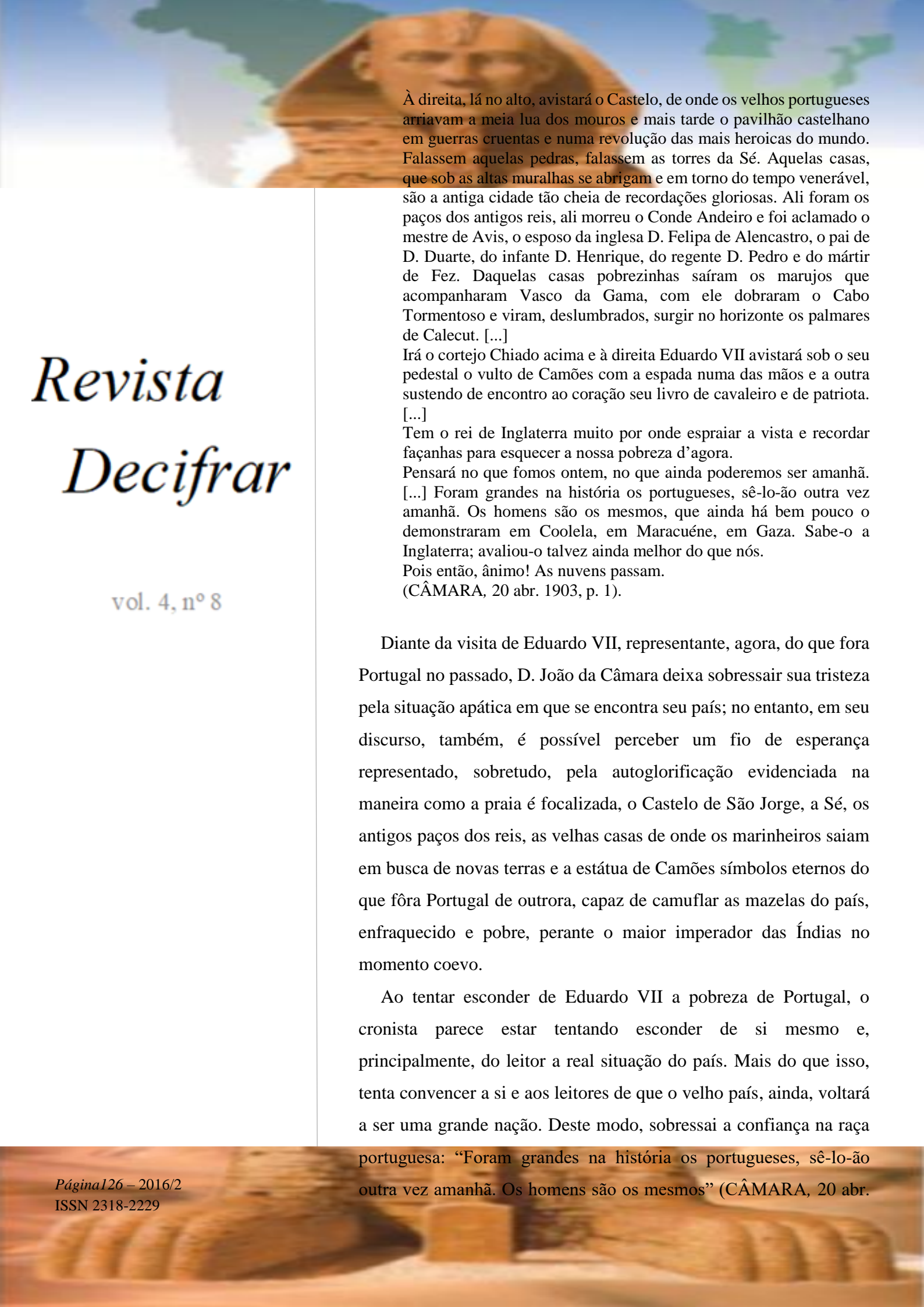
Evidencia-se a figura do leitor português como receptor dessas crônicas, pois, somente ele teria condições de absorver as informações e completá-las com o seu conhecimento da história de Portugal, de modo a saber que, a partir dessa vitória, D. João I subiu ao trono dando origem a uma geração de reis heróis que incentivaram e lutaram para a consolidação do passado glorioso do país.

Nota-se um tom de orgulho ao descrever a história do monumento, espelho de um período de prosperidade portuguesa, sobretudo, pela utilização do verso “E se mais no mundo houvera, lá chegara” (CÂMARA, 23 dez. 1901, p. 1), presente em *Os Lusíadas*<sup>2</sup> que demonstra a força de vontade e a perseverança do povo português. Acredita-se que o uso dos versos da obra máxima de exaltação de Portugal funciona como uma espécie de “mantra”. O autor tenta a todo custo incutir na mente do leitor a grandeza da pátria portuguesa de modo a não deixar esmorecer o amor e a confiança do leitor por sua terra natal.

Em outro momento, por virtude da visita do rei Eduardo VII, da Inglaterra, a Portugal, usa do trajeto feito por essa autoridade pelas ruas de Lisboa para descrever os lugares históricos e tudo o que eles representam para a memória da nação:

Eduardo VII saberá fechar os olhos, ou delicadamente fingir que não vê, [...] a nossa pobreza de hoje, que não é vergonha [...].

Sabe com certeza Eduardo VII em que praias históricas vai desembarcar e que lhe importa a pequenez, a ignorância de meia dúzia de homens de hoje, se houver de compará-las à grandeza deste povo, que foi dos mais heroicos do mundo e cujo sangue ainda é o mesmo com ainda a pouco demonstrou. [...]



# Revista Decifrar

vol. 4, nº 8

À direita, lá no alto, avistará o Castelo, de onde os velhos portugueses arriavam a meia lua dos mouros e mais tarde o pavilhão castelhano em guerras cruentas e numa revolução das mais heroicas do mundo. Falassem aquelas pedras, falassem as torres da Sé. Aquelas casas, que sob as altas muralhas se abrigam e em torno do tempo venerável, são a antiga cidade tão cheia de recordações gloriosas. Ali foram os paços dos antigos reis, ali morreu o Conde Andeiro e foi aclamado o mestre de Avis, o esposo da inglesa D. Felipa de Alencastro, o pai de D. Duarte, do infante D. Henrique, do regente D. Pedro e do mártir de Fez. Daquelas casas pobrezinhas saíram os marujos que acompanharam Vasco da Gama, com ele dobraram o Cabo Tormentoso e viram, deslumbrados, surgir no horizonte os palmares de Calecut. [...]

Irá o cortejo Chiado acima e à direita Eduardo VII avistará sob o seu pedestal o vulto de Camões com a espada numa das mãos e a outra sustendo de encontro ao coração seu livro de cavaleiro e de patriota. [...]

Tem o rei de Inglaterra muito por onde espriaiar a vista e recordar façanhas para esquecer a nossa pobreza d'agora.

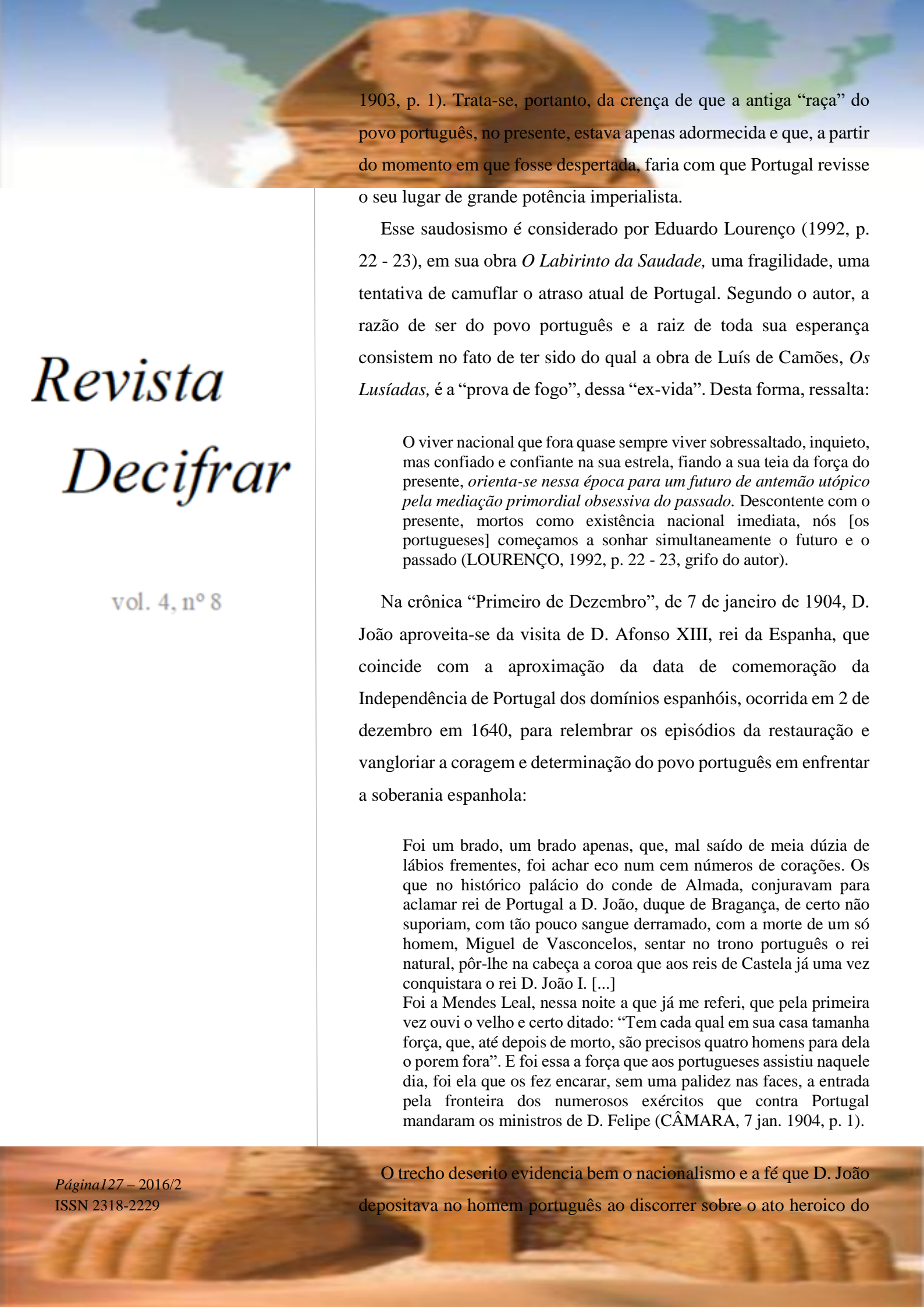
Pensará no que fomos ontem, no que ainda poderemos ser amanhã. [...] Foram grandes na história os portugueses, sê-lo-ão outra vez amanhã. Os homens são os mesmos, que ainda há bem pouco o demonstraram em Coolela, em Maracuéne, em Gaza. Sabe-o a Inglaterra; avaliou-o talvez ainda melhor do que nós.

Pois então, ânimo! As nuvens passam.

(CÂMARA, 20 abr. 1903, p. 1).

Diante da visita de Eduardo VII, representante, agora, do que fora Portugal no passado, D. João da Câmara deixa sobressair sua tristeza pela situação apática em que se encontra seu país; no entanto, em seu discurso, também, é possível perceber um fio de esperança representado, sobretudo, pela autoglorificação evidenciada na maneira como a praia é focalizada, o Castelo de São Jorge, a Sé, os antigos paços dos reis, as velhas casas de onde os marinheiros saiam em busca de novas terras e a estátua de Camões símbolos eternos do que fôra Portugal de outrora, capaz de camuflar as mazelas do país, enfraquecido e pobre, perante o maior imperador das Índias no momento coevo.

Ao tentar esconder de Eduardo VII a pobreza de Portugal, o cronista parece estar tentando esconder de si mesmo e, principalmente, do leitor a real situação do país. Mais do que isso, tenta convencer a si e aos leitores de que o velho país, ainda, voltará a ser uma grande nação. Deste modo, sobressai a confiança na raça portuguesa: “Foram grandes na história os portugueses, sê-lo-ão outra vez amanhã. Os homens são os mesmos” (CÂMARA, 20 abr.



# Revista Decifrar

vol. 4, nº 8

1903, p. 1). Trata-se, portanto, da crença de que a antiga “raça” do povo português, no presente, estava apenas adormecida e que, a partir do momento em que fosse despertada, faria com que Portugal revisse o seu lugar de grande potência imperialista.

Esse saudosismo é considerado por Eduardo Lourenço (1992, p. 22 - 23), em sua obra *O Labirinto da Saudade*, uma fragilidade, uma tentativa de camuflar o atraso atual de Portugal. Segundo o autor, a razão de ser do povo português e a raiz de toda sua esperança consistem no fato de ter sido do qual a obra de Luís de Camões, *Os Lusíadas*, é a “prova de fogo”, dessa “ex-vida”. Desta forma, ressalta:

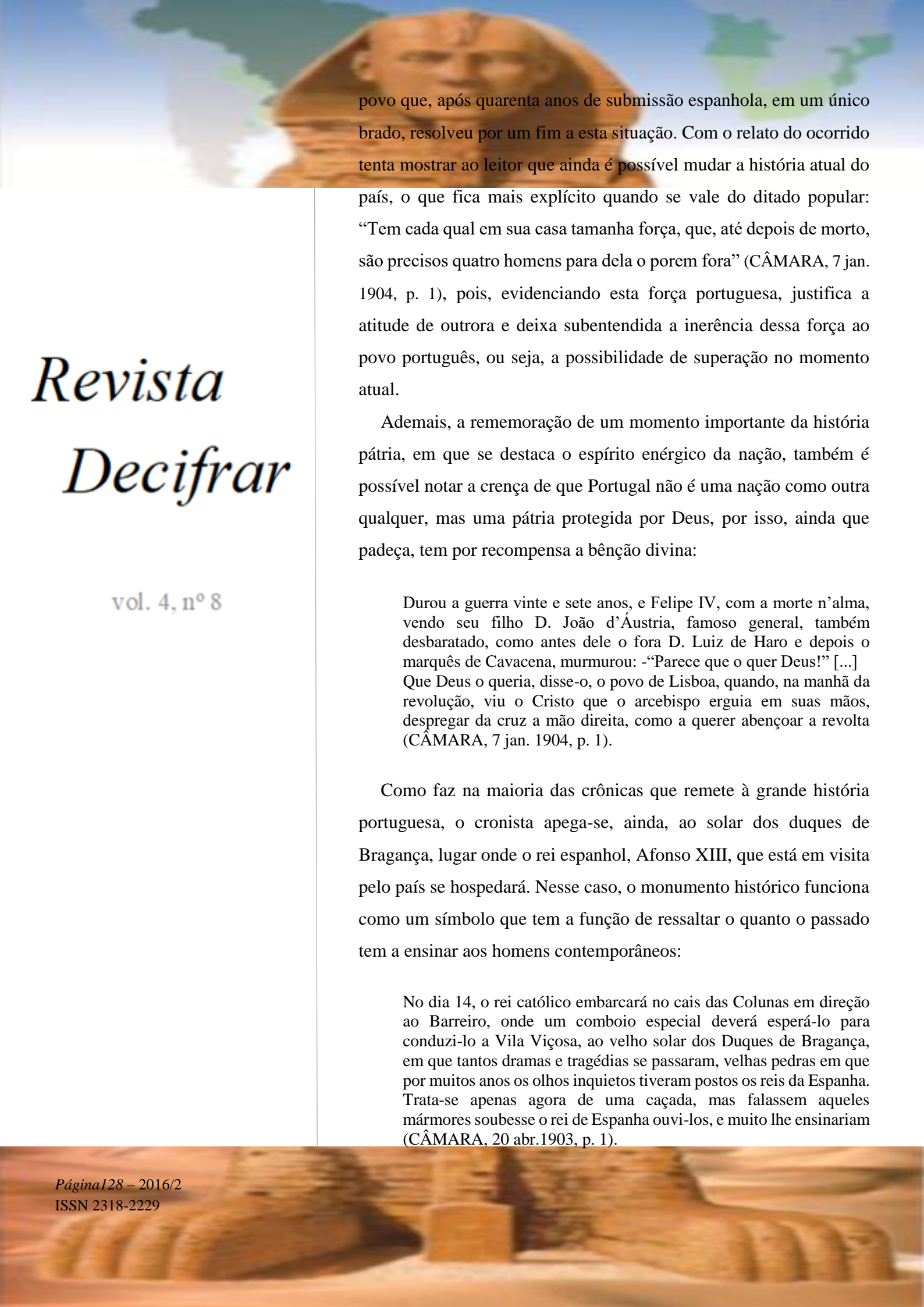
O viver nacional que fora quase sempre viver sobressaltado, inquieto, mas confiado e confiante na sua estrela, fiando a sua teia da força do presente, *orienta-se nessa época para um futuro de antemão utópico pela mediação primordial obsessiva do passado*. Descontente com o presente, mortos como existência nacional imediata, nós [os portugueses] começamos a sonhar simultaneamente o futuro e o passado (LOURENÇO, 1992, p. 22 - 23, grifo do autor).

Na crônica “Primeiro de Dezembro”, de 7 de janeiro de 1904, D. João aproveita-se da visita de D. Afonso XIII, rei da Espanha, que coincide com a aproximação da data de comemoração da Independência de Portugal dos domínios espanhóis, ocorrida em 2 de dezembro em 1640, para lembrar os episódios da restauração e vangloriar a coragem e determinação do povo português em enfrentar a soberania espanhola:

Foi um brado, um brado apenas, que, mal saído de meia dúzia de lábios frementes, foi achar eco num cem números de corações. Os que no histórico palácio do conde de Almada, conjuravam para aclamar rei de Portugal a D. João, duque de Bragança, de certo não suporiam, com tão pouco sangue derramado, com a morte de um só homem, Miguel de Vasconcelos, sentar no trono português o rei natural, pôr-lhe na cabeça a coroa que aos reis de Castela já uma vez conquistara o rei D. João I. [...]

Foi a Mendes Leal, nessa noite a que já me referi, que pela primeira vez ouvi o velho e certo ditado: “Tem cada qual em sua casa tamanha força, que, até depois de morto, são precisos quatro homens para dela o porem fora”. E foi essa a força que aos portugueses assistiu naquele dia, foi ela que os fez encarar, sem uma palidez nas faces, a entrada pela fronteira dos numerosos exércitos que contra Portugal mandaram os ministros de D. Felipe (CÂMARA, 7 jan. 1904, p. 1).





# Revista Decifrar

vol. 4, nº 8

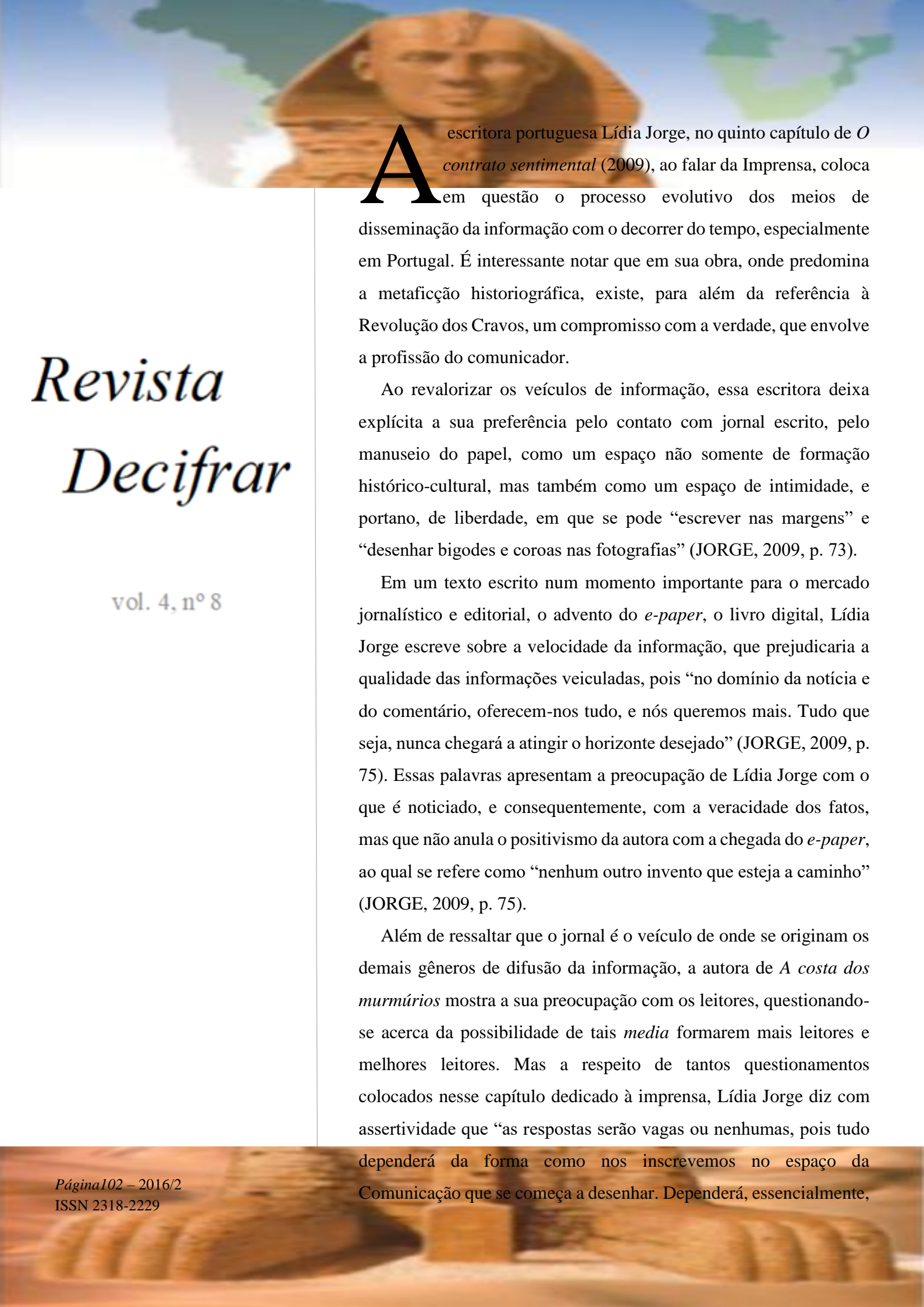
povo que, após quarenta anos de submissão espanhola, em um único brado, resolveu por um fim a esta situação. Com o relato do ocorrido tenta mostrar ao leitor que ainda é possível mudar a história atual do país, o que fica mais explícito quando se vale do ditado popular: “Tem cada qual em sua casa tamanha força, que, até depois de morto, são precisos quatro homens para dela o porem fora” (CÂMARA, 7 jan. 1904, p. 1), pois, evidenciando esta força portuguesa, justifica a atitude de outrora e deixa subentendida a inerência dessa força ao povo português, ou seja, a possibilidade de superação no momento atual.

Ademais, a rememoração de um momento importante da história pátria, em que se destaca o espírito enérgico da nação, também é possível notar a crença de que Portugal não é uma nação como outra qualquer, mas uma pátria protegida por Deus, por isso, ainda que padeça, tem por recompensa a bênção divina:

Durou a guerra vinte e sete anos, e Felipe IV, com a morte n'alma, vendo seu filho D. João d'Áustria, famoso general, também desbaratado, como antes dele o fora D. Luiz de Haro e depois o marquês de Cavacena, murmurou: -“Parece que o quer Deus!” [...] Que Deus o queria, disse-o, o povo de Lisboa, quando, na manhã da revolução, viu o Cristo que o arcebispo erguia em suas mãos, despregar da cruz a mão direita, como a querer abençoar a revolta (CÂMARA, 7 jan. 1904, p. 1).

Como faz na maioria das crônicas que remete à grande história portuguesa, o cronista apega-se, ainda, ao solar dos duques de Bragança, lugar onde o rei espanhol, Afonso XIII, que está em visita pelo país se hospedará. Nesse caso, o monumento histórico funciona como um símbolo que tem a função de ressaltar o quanto o passado tem a ensinar aos homens contemporâneos:

No dia 14, o rei católico embarcará no cais das Colunas em direção ao Barreiro, onde um comboio especial deverá esperá-lo para conduzi-lo a Vila Viçosa, ao velho solar dos Duques de Bragança, em que tantos dramas e tragédias se passaram, velhas pedras em que por muitos anos os olhos inquietos tiveram postos os reis da Espanha. Trata-se apenas agora de uma caçada, mas falassem aqueles mármores soubesse o rei de Espanha ouvi-los, e muito lhe ensinariam (CÂMARA, 20 abr.1903, p. 1).



# Revista Decifrar

vol. 4, nº 8

Assim como o antigo edifício tem muito a ensinar a D. Afonso XIII, também, tem muito a mostrar ao povo português. Por isso, D. João valoriza os monumentos portugueses, pois sem eles mais fácil seria esquecer a história do país. Relembrando-os, evocando-os, vive-se o presente sob a luz do passado na esperança de um futuro próspero. No entanto, essa rememoração do passado, na tentativa de fazê-lo um eterno presente, acaba por evidenciar com mais destaque os problemas atuais. Sobre essa atitude da intelectualidade da época, da qual D. João fazia parte, argumenta Eduardo Lourenço:

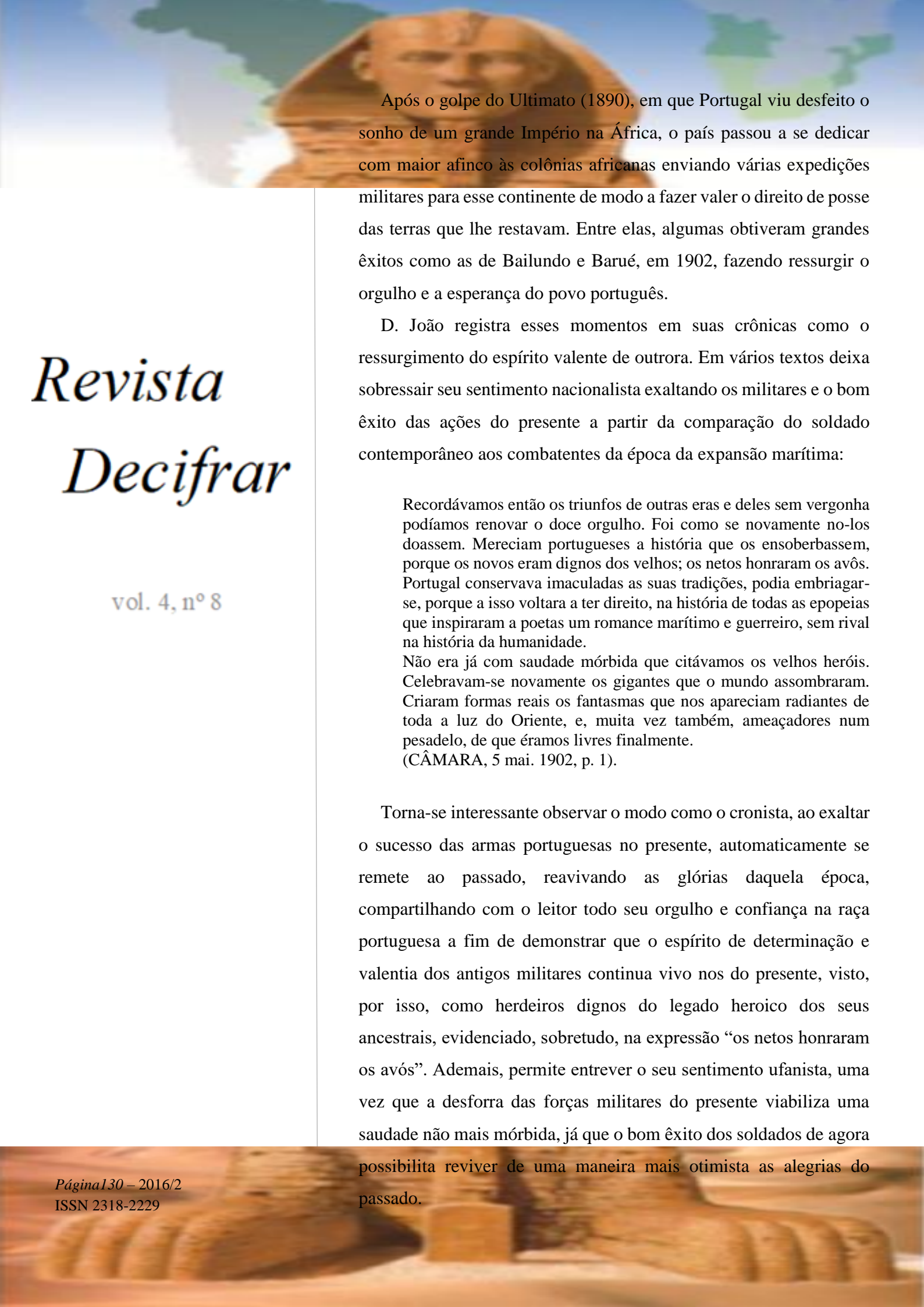
Uma vez terminada a aventura, desfeito o império da história transformado numa mera carga de sonhos, o precioso comércio do Oriente, restava-nos [aos portugueses] como herança um Portugal pequeno e um imenso cais, onde durante séculos relembramos a nossa aventura, numa mistura de autoglorificação e de profundo sentimento de decadência e de saudade (LOURENÇO, 2004, p. 58).

Em outras crônicas, especialmente aquelas que comentam os desempenhos das armas portuguesas em África, verifica-se de modo mais explícito a retomada do passado tendo em vista o futuro, a partir do modo como a figura do soldado português do século XVI, período-auge das grandes navegações, é evocada.

Segundo Benedict Andersen (2013, p. 35), um dos maiores exemplos de patriotismo da cultura moderna é o modo como o povo trata a memória dos seus soldados<sup>3</sup>. Tal afirmação condiz com o sentimento da nação lusitana em relação aos seus antigos combatentes confirmado pela maneira como D. João se refere a esses homens considerando-os heróis nacionais e exemplo a ser seguido pela nova geração de militares.

---

<sup>3</sup> Para Anderson: “Não existem símbolos mais impressionantes da cultura moderna do nacionalismo do que os cenotáfios e túmulos dos *soldados desconhecidos*”. O respeito a cerimônias públicas em que se reverenciam esses monumentos, justamente *porque* estão vazios ou *porque* ninguém sabe quem jaz dentro deles, não encontra nenhum paralelo verdadeiro no passado. Para sentir a força dessa modernidade, basta imaginar a reação geral diante do sujeito intrometido que “descobre” o nome do soldado desconhecido ou que insiste em colocar alguns ossos de verdade dentro do cenotáfio. Estranho sacrilégio contemporâneo! E, no entanto, esses túmulos sem almas imortais nem restos mortais identificáveis dentro deles estão carregados de imagens *nacionais* espectrais. (ANDERSON, 2013, p. 35, grifo do autor).



# Revista Decifrar

vol. 4, nº 8

Após o golpe do Ultimato (1890), em que Portugal viu desfeito o sonho de um grande Império na África, o país passou a se dedicar com maior afinco às colônias africanas enviando várias expedições militares para esse continente de modo a fazer valer o direito de posse das terras que lhe restavam. Entre elas, algumas obtiveram grandes êxitos como as de Bailundo e Barué, em 1902, fazendo ressurgir o orgulho e a esperança do povo português.

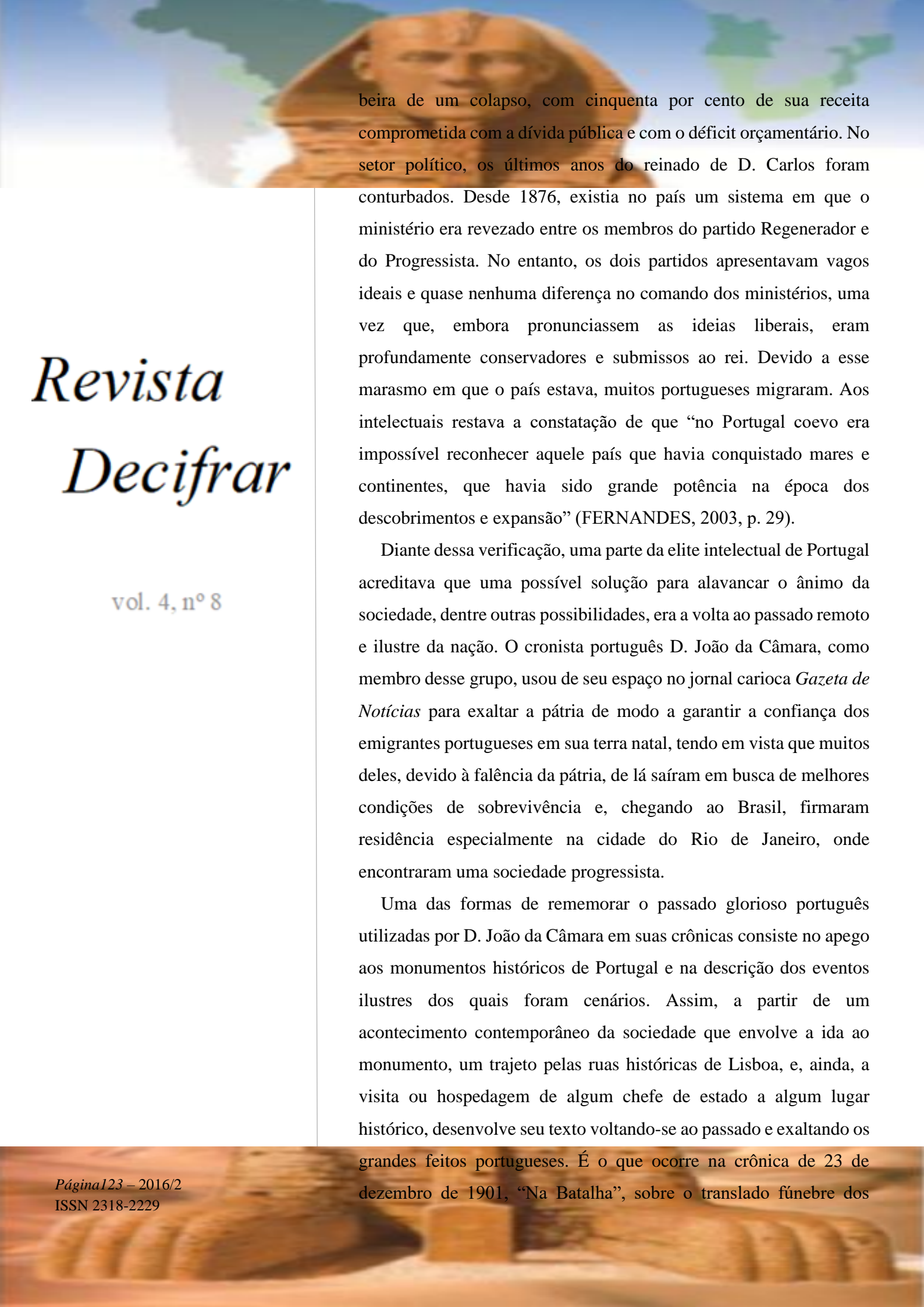
D. João registra esses momentos em suas crônicas como o ressurgimento do espírito valente de outrora. Em vários textos deixa sobressair seu sentimento nacionalista exaltando os militares e o bom êxito das ações do presente a partir da comparação do soldado contemporâneo aos combatentes da época da expansão marítima:

Recordávamos então os triunfos de outras eras e deles sem vergonha podíamos renovar o doce orgulho. Foi como se novamente no-los doassem. Mereciam portugueses a história que os ensoberbassem, porque os novos eram dignos dos velhos; os netos honraram os avós. Portugal conservava imaculadas as suas tradições, podia embriagar-se, porque a isso voltara a ter direito, na história de todas as epopeias que inspiraram a poetas um romance marítimo e guerreiro, sem rival na história da humanidade.

Não era já com saudade mórbida que citávamos os velhos heróis. Celebravam-se novamente os gigantes que o mundo assombraram. Criaram formas reais os fantasmas que nos apareciam radiantes de toda a luz do Oriente, e, muita vez também, ameaçadores num pesadelo, de que éramos livres finalmente.

(CÂMARA, 5 mai. 1902, p. 1).

Torna-se interessante observar o modo como o cronista, ao exaltar o sucesso das armas portuguesas no presente, automaticamente se remete ao passado, reavivando as glórias daquela época, compartilhando com o leitor todo seu orgulho e confiança na raça portuguesa a fim de demonstrar que o espírito de determinação e valentia dos antigos militares continua vivo nos do presente, visto, por isso, como herdeiros dignos do legado heroico dos seus ancestrais, evidenciado, sobretudo, na expressão “os netos honraram os avós”. Ademais, permite entrever o seu sentimento ufanista, uma vez que a desforra das forças militares do presente viabiliza uma saudade não mais mórbida, já que o bom êxito dos soldados de agora possibilita reviver de uma maneira mais otimista as alegrias do passado.



# Revista Decifrar

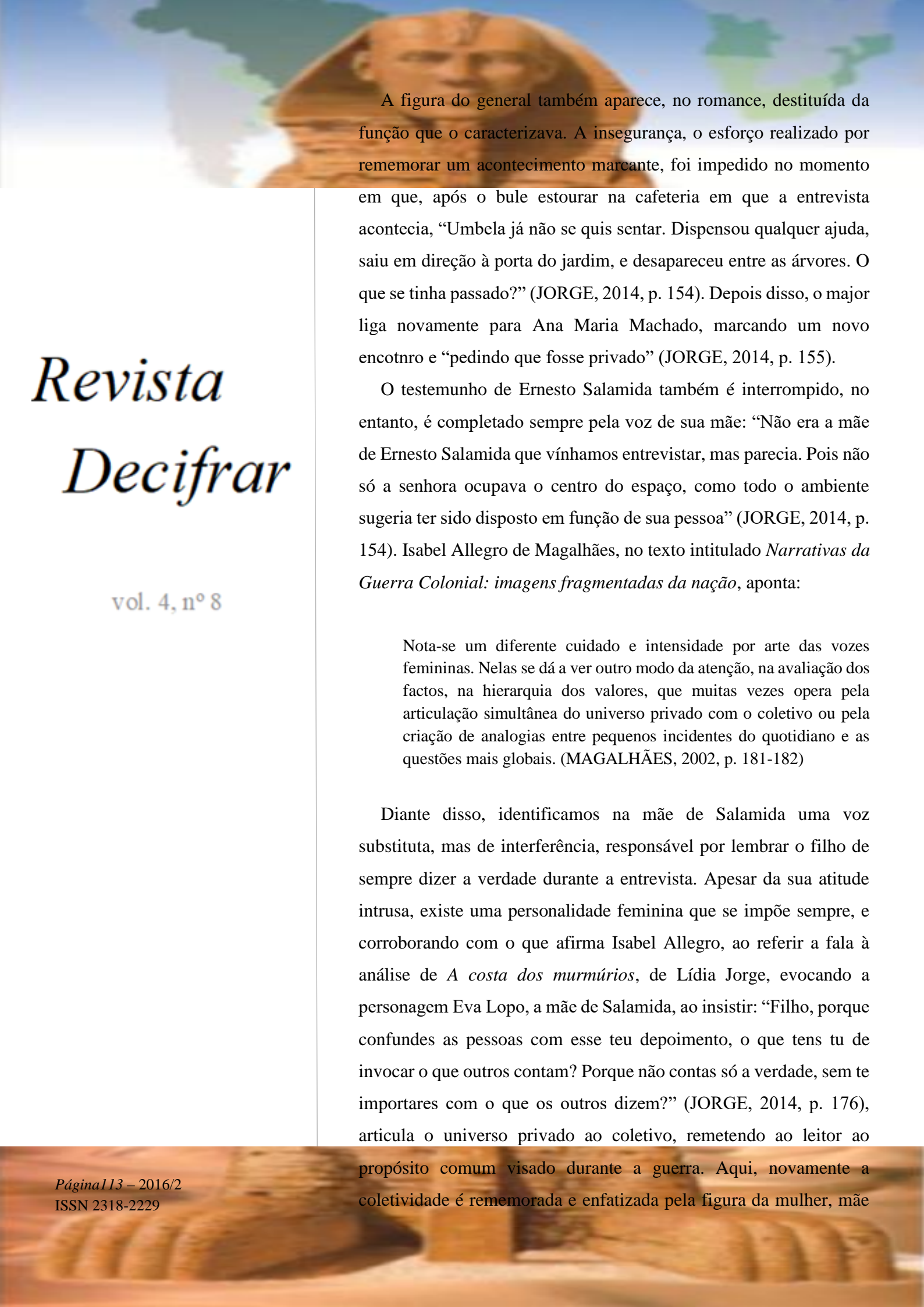
vol. 4, nº 8

O mesmo sentimento e discurso, expresso no enxerto acima, irá se repetir em vários outros momentos em que é feita a referência às tropas portuguesas em África. Assim, em crônica de 6 de outubro de 1904, ao comentar a guerra da Restauração portuguesa, em 1640, o cronista relembra que, naquela época, a Regeneração foi possível porque “não se empobrecera o sangue num cativo de sessenta anos, nem deixaram lágrimas de regar nos corações as raízes do amor pátrio [...]. Ainda era a mesma gente, renovada nos netos as excelentes virtudes dos avôs” (CÂMARA, 6 out. 1904, p. 4). E, ainda, em crônica de 22 de setembro de 1904, “A Feira da Ladra”, chega à conclusão que: “se a desgraça se abateu sobre nós, o sangue que faz pulsar o coração dos soldados portugueses, o que atingiu nas guerras de há poucos anos os areais em África, é da mesma cor vermelha de que ficaram tintas as muralhas de Diu e os rios da velha Goa” (CÂMARA, 6 out. 1902, p. 1). Confirma a crença na raça e o sentimento de que os valores heroicos dos antigos soldados eram passados de geração para geração, ressurgindo com maior intensidade nos momentos de maior necessidade.

Do mesmo modo, em crônica de 6 de outubro de 1902, “Bailundo e Barué”, sobre as vitórias portuguesas em terras da África, busca fundamentar seu discurso nos dizeres de Mousinho de Albuquerque, - um dos principais heróis das expedições contemporâneas -, para ressaltar o valor dos soldados elogiando sua valentia e disposição como sendo herança dos primeiros combatentes: “Disse-me um dia Mousinho de Albuquerque, [...] que nem um, um só, de seus soldados, se havia portado mal frente do inimigo. É velha tradição de portugueses” (CÂMARA, 6 out. 1902, p. 1). Nesta mesma crônica, o autor comenta:

Lendo os autores que mais escreveram sobre a história das conquistas em África e Ásia, João de Barros, Diogo do Couto, Fernão Lopes de Castanheda, e tantos outros, que maravilhosas ações a cada página, que atos portentosos de extremado valor, nos fazem, ainda hoje girar mais vivo o sangue nas veias ao lembrarmos-nos que portugueses foram os gigantes que tais feitos praticaram!

Abre-se ao acaso um livro da velha história e, só de ler certos nomes, sentem-se os olhos deslumbrados. Um só deles bastaria para dar glória a uma nação e cada um tem mil rivais. Abrem-se *Os Lusíadas* e não sabe a gente às vezes quando Luiz de Camões descreve a fábula



# Revista Decifrar

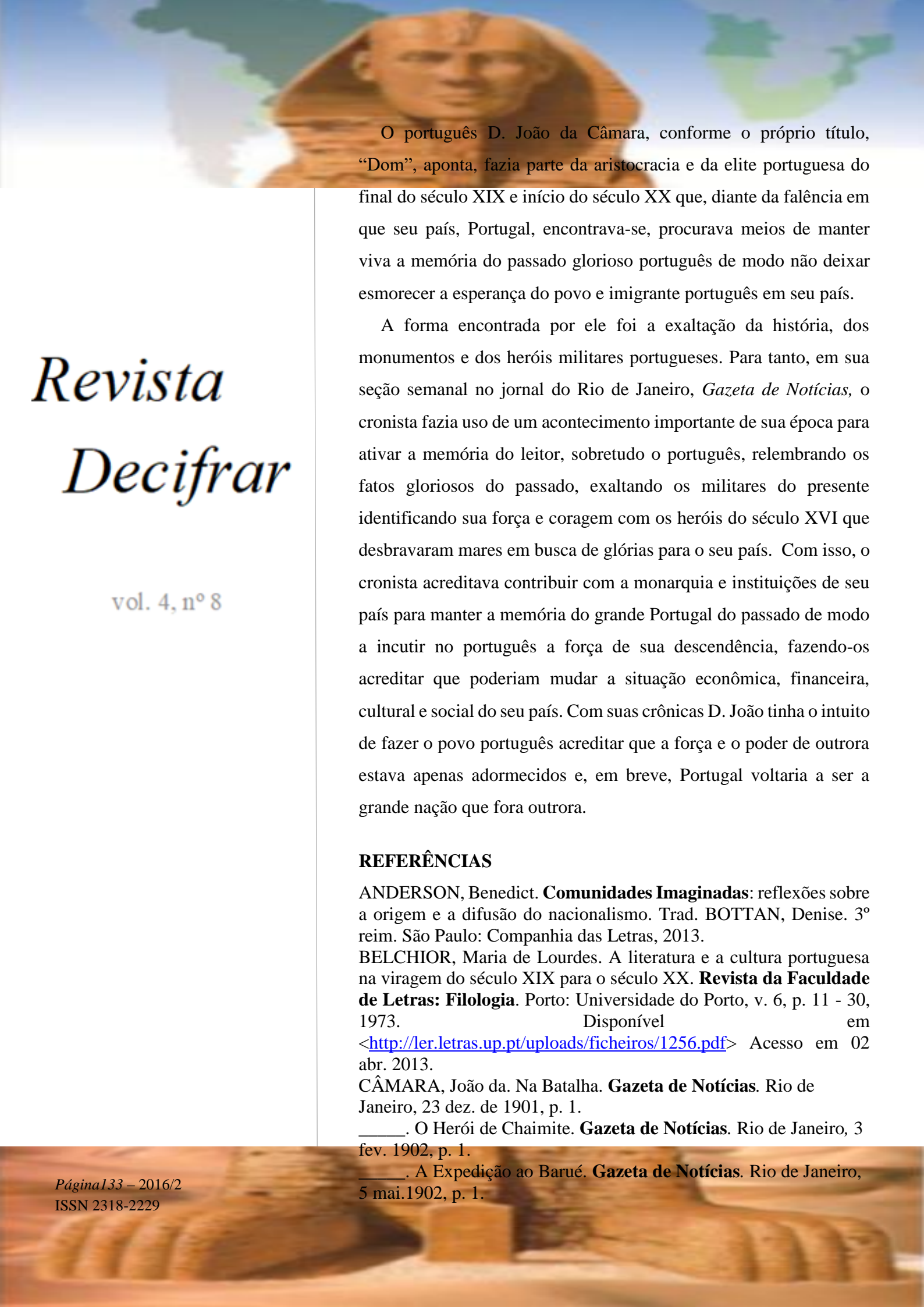
vol. 4, nº 8

e quando nos conta a história. Quantas vezes sobrepujam a verdade e quanto criaram as fantasias dos poetas! Da verdade falamos e nela ficaremos. Na história moderna dos portugueses em África, há capítulos de tanto brilho como os que inspiraram na velha história as estrofes mais altissonantes do poema de Camões. Não são episódios, não são anedotas singulares, não é um homem que de repente se coloca em pedestal mais alto colhendo toda a luz sobre seu vulto. É muito mais, é uma história inteira que se desenrola, toda em letras de ouro, apenas com as manchas que são como o selo de quanto pertence à humanidade (CÂMARA, 6 out. 1902, p. 1).

Ao utilizar expressões exageradas como “maravilhosas ações”, “atos portentosos de extremado valor”, “portugueses gigantes” e, inclusive, do diário das grandes conquistas, *Os Lusíadas*, para recordar e exaltar os feitos dos militares do século XVI pretende-se elevar o trabalho do soldado contemporâneo, uma vez que seus feitos também são dignos de preencherem as páginas da epopeia.

Faz-se necessário, ainda, chamar à atenção para a maneira como se utiliza da epopeia de Camões em suas crônicas. Em quase todos os textos sobre as questões históricas há a menção a essa obra, seja através de citações de seus versos, como já demonstrado acima, ou então, pela simples referência ao nome. Em crônica de 3 de fevereiro de 1902, por exemplo, ao recordar os feitos de Mousinho de Albuquerque, grande herói contemporâneo que havia se suicidado, e a repercussão de suas conquistas pela Europa diz: “Toda a imprensa do mundo, até a que em geral se mostra menos afeiçoada às coisas portuguesas, falou com entusiasmo da campanha a recordar os feitos [que] *Os Lusíadas* imortalizaram” (CÂMARA, 3 fev. 1902, p. 1).

Neste sentido, o autor reproduz o pensamento da elite da época que via na ilustre obra de Camões “uma referência mítica por excelência da cultura portuguesa” (LOURENÇO, 1999, p. 97), portanto, o símbolo de uma “ancestralidade gloriosa” (FERNANDES, 2003, p. 43). Uma vez que sendo guardião da memória intacta do período áureo para a história do país, era “a fonte onde muitos iam beber” de modo a relembrar o passado glorioso e acalantar o sentimento de impotência que pairava sobre a sociedade do século XIX.



# Revista Decifrar

vol. 4, nº 8

O português D. João da Câmara, conforme o próprio título, “Dom”, aponta, fazia parte da aristocracia e da elite portuguesa do final do século XIX e início do século XX que, diante da falência em que seu país, Portugal, encontrava-se, procurava meios de manter viva a memória do passado glorioso português de modo não deixar esmorecer a esperança do povo e imigrante português em seu país.

A forma encontrada por ele foi a exaltação da história, dos monumentos e dos heróis militares portugueses. Para tanto, em sua seção semanal no jornal do Rio de Janeiro, *Gazeta de Notícias*, o cronista fazia uso de um acontecimento importante de sua época para ativar a memória do leitor, sobretudo o português, lembrando os fatos gloriosos do passado, exaltando os militares do presente identificando sua força e coragem com os heróis do século XVI que desbravaram mares em busca de glórias para o seu país. Com isso, o cronista acreditava contribuir com a monarquia e instituições de seu país para manter a memória do grande Portugal do passado de modo a incutir no português a força de sua descendência, fazendo-os acreditar que poderiam mudar a situação econômica, financeira, cultural e social do seu país. Com suas crônicas D. João tinha o intuito de fazer o povo português acreditar que a força e o poder de outrora estava apenas adormecidos e, em breve, Portugal voltaria a ser a grande nação que fora outrora.

## REFERÊNCIAS

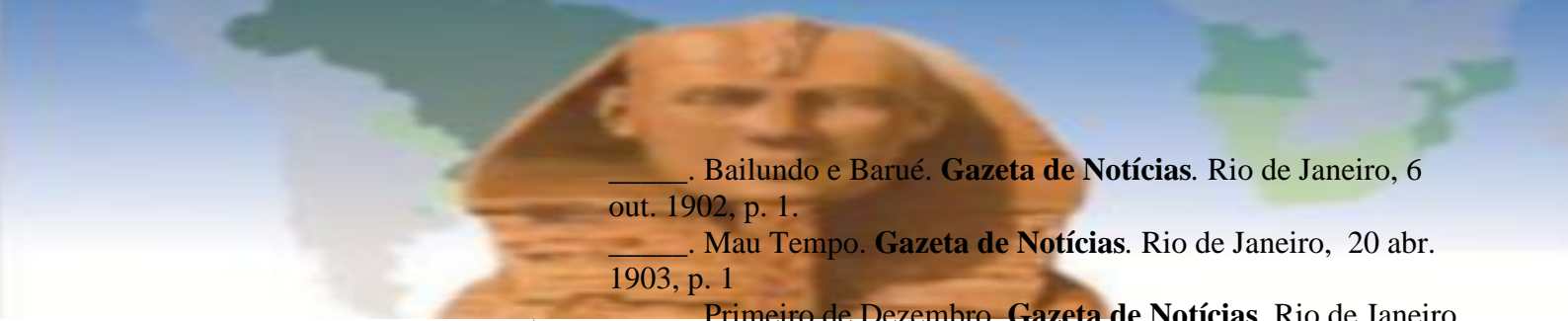
ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. BOTTAN, Denise. 3º reim. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BELCHIOR, Maria de Lourdes. A literatura e a cultura portuguesa na viragem do século XIX para o século XX. **Revista da Faculdade de Letras: Filologia**. Porto: Universidade do Porto, v. 6, p. 11 - 30, 1973. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1256.pdf>> Acesso em 02 abr. 2013.

CÂMARA, João da. Na Batalha. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 23 dez. de 1901, p. 1.

\_\_\_\_\_. O Herói de Chaimite. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 3 fev. 1902, p. 1.

\_\_\_\_\_. A Expedição ao Barué. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 5 mai. 1902, p. 1.



# Revista Decifrar

vol. 4, nº 8

- \_\_\_\_\_. Bailundo e Barué. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 6 out. 1902, p. 1.
- \_\_\_\_\_. Mau Tempo. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 20 abr. 1903, p. 1
- \_\_\_\_\_. Primeiro de Dezembro. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 7 jan. 1904, p. 1.
- \_\_\_\_\_. A Feira da Ladra. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 22 set. 1904, p. 1.
- \_\_\_\_\_. Manobras de outono. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 6 out. 1904, p. 4.
- CAMÕES, Luís. **Os Lusíadas**. Lisboa: Biblioteca Ulisseia, 2007.
- FERNANDES, Annie Gisele. As respostas da intelligentsia lusitana ao Portugal de fins de Oitocentos: o nacionalismo e o messianismo literários. *Via Atlântica* (USP). São Paulo, 2003. v. 6. p. 29 – 44.
- LOURENÇO, Eduardo. **O labirinto da saudade**: psicanálise mítica do destino português. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- \_\_\_\_\_. **A Nau de Ícaro, seguido de Imagem e miragem da lusofonia**. 3ª ed. Lisboa: Gradiva, 2004.